

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA (CMP)

ATA Nº 01/2022

Data: 19/01/2022

Local: Virtual, realizada por meio do aplicativo Zoom.

Conselheiros Presentes:

- Felipe Martins Matos – titular SEPLAGTD
- Maíra Rufino Fischer – titular Sefin
- Flávia Castanheira do Nascimento – titular PGM
- Andrea de Medeiros Jar – titular SEGOV
- Lígia Stocche Barbosa – titular SE
- Samuel Rodrigues dos Santos Salazar – titular Câmara Municipal do Recife
- Antônio Marcos Medeiros de Araújo – titular AFREM SINDICAL
- Clênio Nogueira de Carvalho – titular APMR
- Geferson Thiago Fernandes da Silva – titular SINDSEPRE

Conselheiros Ausentes:

- Igor Correia de Andrade – titular SIMPERE

Convidados Presentes:

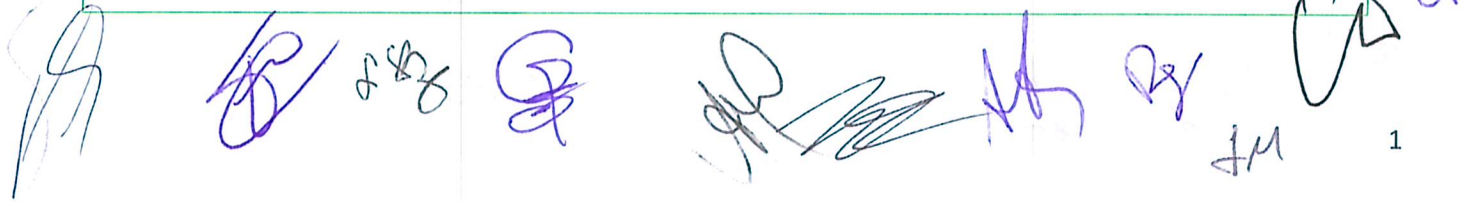
- Diretor Vice-Presidente da Ampass – Francisco Canindé Antunes Furtado Jr.
- Gerente-Geral de Investimentos da Ampass – José Marcos Alves de Barros
- Gestora da Unidade de Controle Interno da Ampass - Rebeca de Souza Alves

Presidente do Conselho: Felipe Martins Matos

Designação dos Membros:

Portaria n.º 0560 de 18 de março de 2021 (publicada no DOM de 26/03/2021)

Havendo número legal para o início dos trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho, Felipe Martins Matos, abriu a reunião passando a palavra ao Diretor Vice-Presidente da AMPASS -Francisco Canindé Antunes Furtado Jr., que deu início à coordenação da reunião agradecendo a presença dos participantes e convidando o Conselheiro Clênio Carvalho para lavrar a ata, sendo prontamente atendido. Na sequência, o Sr. Francisco Canindé Antunes Furtado Jr. questionou se a ata da reunião anterior estava aprovada, obtendo o aval dos Conselheiros presentes. Em seguida, passada a palavra ao Gerente-Geral de Investimentos da AMPASS, José Marcos Alves de Barros, iniciou-se a apresentação da carteira de investimentos, que, tendo em conta o fechamento do mês de dezembro de 2021, está com um montante aproximado de 2.590.996.000,00 (dois bilhões, quinhentos e noventa milhões, novecentos e noventa e seis mil reais). Explicou que, em função do remanejamento das aplicações para os títulos públicos anteriormente aprovada por esse conselho, já foi possível observar um movimento positivo na carteira do mês de



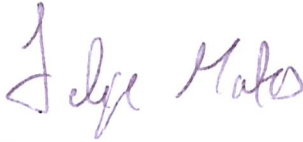
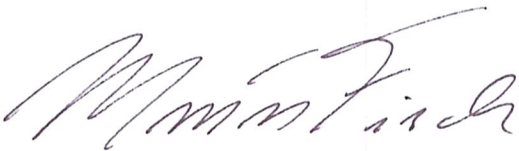

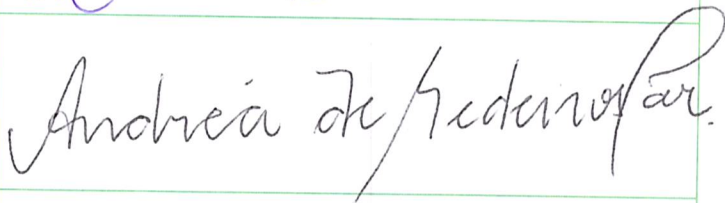
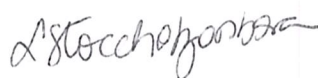
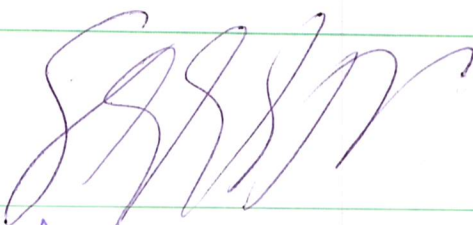
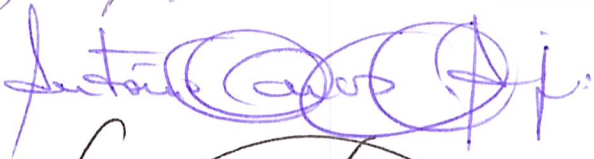

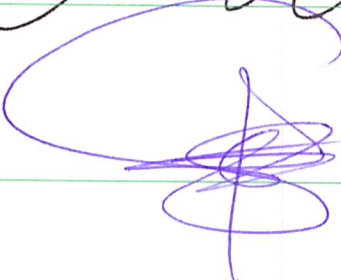
dezembro em relação ao mês de novembro de 2021, tanto levando em consideração a marcação pela curva, quanto a mercado. Aduziu que o maior volume aplicado da carteira é direcionado aos títulos do tesouro nacional, com mais de um bilhão, trezentos e setenta e dois milhões de reais. Informou que 41% (quarenta e um por cento) da carteira está aplicada no curto prazo, 4% no médio prazo e 54% no longo prazo, sendo que na renda fixa são aplicados 61% da carteira, enquanto 21% são destinados à renda variável e 10,54% aplicados no exterior. Explicou que, também em função da aplicação majoritária em títulos públicos, a volatilidade da carteira é muito baixa. Seguiu aduzindo que a carteira fechou o ano de 2021 com 2,05% (dois, zero cinco por cento) de rentabilidade, pela curva de juros, o que redundou num fechamento abaixo da meta em -13,95% (menos treze, noventa e cinco por cento). Tal fato, segundo afirmou, se deu em função da rentabilidade negativa do índice IBOVESPA, bem como da baixa rentabilidade da renda fixa. Na sequência, o Sr. Francisco Canindé Antunes Furtado Jr., indagou acerca da perspectiva de rentabilidade para o ano de 2022, especialmente tendo em conta o remanejamento de boa parte dos recursos para aplicação em títulos públicos. O Sr. José marcos explicou que a tendência é melhorar a rentabilidade, uma vez que cerca de 52% (cinquenta e dois por cento) da carteira é atualmente aplicado a uma média de IPCA mais 5,09% (cinco, zero nove por cento), enquanto que a meta é IPCA mais 4,87%, o que faz com que mais da metade da carteira já supere a meta para o corrente ano. Afirmou, ainda, que quando for implementada a possibilidade de empréstimo consignado para o servidor, a situação seja ainda melhor, uma vez que poderão ser operacionalizados via consignado mais 10% (dez por cento) da carteira, o que levaria a mais de 65% (sessenta e cinco por cento) da carteira com meta batida até 2035. Esclareceu que, pela regra atual, os empréstimos consignados só poderão ser destinados aos aposentados, tendo em conta a classificação atual da capacidade de pagamento da prefeitura do Recife feita pelo Tesouro Nacional (classe C). O Sr. Felipe Martins Matos – titular SEPLAGTD informou que até julho de 2022 a Secretaria do Tesouro Nacional efetivaria uma nova atualização, afirmando que a prefeitura já possui os requisitos para ser classificada na classe A ou B, o que possibilitaria que os empréstimos consignados fossem também destinados aos servidores da ativa. O Sr. José Marcos aduziu que, de 2014 a maio de 2021, a meta acumulada estava superada. Somente a partir de maio 2021, é que a meta acumulada deixou de ser atingida. O Conselheiro Antônio Marcos indagou se os empréstimos consignados poderiam ser realizados tanto para participantes do fundo RECI PREV, quanto do fundo RECIFIN, obtendo a resposta afirmativa dada pelo Gerente de Investimentos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Municipal de Previdência, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Clênio Nogueira de Carvalho, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos componentes do Conselho Municipal de Previdência e pelos convidados presentes.

Deliberações

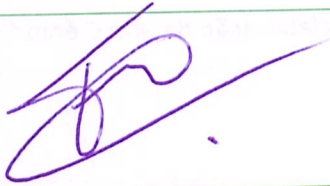
- Ata da reunião realizada em dezembro/2021
- Apresentação da Carteira de Investimentos

Responsável pela elaboração da ata: Clênio Nogueira de Carvalho

CONSELHEIROS

Felipe Martins Matos	
Maíra Rufino Fischer	
Flávia Castanheira do Nascimento	
Andrea de Medeiros Jar	
Ligia Stocche Barbosa	
Samuel Rodrigues dos Santos Salazar	
Antônio Marcos Medeiros de Araújo	
Clênio Nogueira de Carvalho	
Geferson Thiago Fernandes da Silva	

CONVIDADOS

Francisco Canindé Antunes Furtado Jr.	
José Marcos Alves de Barros	
Rebeca de Souza Alves	